CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - Proc. CEE-nº 3053/74

INTERESSADO: ARINA LOPES VIEIRA

ASSUNTO: Solicita expedição do certificado de exame supletivo (2º grau)

RELATOR: Conselheiro FREDERICO PIMENTEL GOMES

PARECER CEE - Nº 404/75, CSG, Aprovado em 5/2/1975

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO: Arina Lopes Vieira, filha de Antonio Januário Vieira e de Custódia Lopes, nascida em 14 de outubro de 1928, em Imaruí, Santa Catarina, obteve em 10 de outubro de 1973 seu certificado de conclusão, do curso de 1º grau. Buscando concluir também o curso de 2º grau, iniciou no regime federal a eliminação de disciplinas, e conseguiu aprovação em: Filosofia, Português, Geografia, História, Ciências Físicas e Biológicas e Espanhol. Falta-lhe, pois, apenas aprovação em Matemática para, pelas normas da Deliberação CEE - nº 15/72, obter o certificado de conclusão do curso do 2º grau. A interessada requer expedição do certificado de conclusão do 2º grau, independentemente de aprovação em Matemática.

2. APRECIÇÃO: Um caso semelhante (Processo CEE - nº 1304/74, Parecer CEE - nº 2122/74) mereceu solução favorável. Mas se tratava, de aluna que antes de se submeter a exames supletivos de 2º grau, fez o curso ginásial, 1ª série do curso colegial e já estava cursando o 3º ano de curso superior, circunstância esta que foi explicitamente considerada na apreciação do nobre Relator desse processo, Conselheiro Hilário Torloni. No caso presente tal não ocorre, e não parece razoável que se dispense a interessada da aprovação em Matemática.

II - CONCLUSÃO:

À vista do exposto, nosso Voto favoravelmente à expedição de certificado de conclusão do curso de 2º grau em nome de Arina Lopes Vieira, mediante aprovação em exame especial ou supletivo de Matemática.

CSG, em 18 de novembro de 1974

a) Conselheiro FREDERICO PIMENTEL GOMES - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA: A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer a conclusão do VOTO do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: ARNALDO LAURINDO, HILÁRIO TORLONI, JOSÉ AUGUSTO DIAS, JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR, LIONEL CORBEIL e FREDERICO PIMENTEL GOMES.

Sala das Sessões da CSG, em 20 de novembro de 1974

a) Conselheiro JOSÉ AUGUSTO DIAS - Vice-Presidente no exercício da Presidência

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por maioria a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Foram vencidos os votos dos Sr. Cons. José Borges dos Santos Júnior e Alfredo Gomes.

Sala "Carlos Pasquale", aos 5 de fevereiro de 1975

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães - Presidente

Processo CEE nº 3053/74

Interessada: ARINA LOPES VIEIRA

DECLARAÇÃO DE VOTO

Pedi vista do Processo 3053/74 depois de haver votado favoravelmente à conclusão, na sessão da Câmara que a aprovou não por haver sequer vislumbrado alguma dúvida na concatenação do arrazoado eximamente articulado, e sim por me parecer que militam a favor da pretensão da requerente algumas razões que eu não considerei atentamente ao votar.

Uma das razões é o fator tempo que não medimos todos com a mesma escala, nem submetemos ao fiel da mesma balança. É um fator a que nos vamos tomando cada vez mais sensíveis, a medida que sentimos diminuir a distância provável que nos separa do termo final. Não será demais dizer que as exigências se encolhem à medida que se estende o número dos anos.

Aí temos tura interessada que nasceu a 14 de outubro de 1928 e que se propõe, a esta altura, a fazer um curso superior. Eliminou pelo exame de madureza todas as disciplinas exigidas no sistema Federal. Como, porém, inadvertidamente, vem terminar a eliminação no sistema estadual de São Paulo, quando se julgava livre e desembaraçada como concluinte, viu-se de improviso com o inesperado, acréscimo de uma disciplina.

No abalo da sua surpresa teria desanimado se não fosse o afago da esperança que lhe trouxe o parecer CEE nº 2122/74- da lavra do nobre Conselheiro Hilário Torloni.

Com esse alento se dirigiu a requerente a este Egrégio Colegiado, solicitando a aplicação do mesmo "critério" de excepcionalidade, embora as excepcionalidades não sejam idênticas.

Com efeito os casos, em todos^{os}/aspectos, diferem um do outro.

No Parecer nº 2122/74 trata-se de interessada que "já estava cursando o 3º ano de nível universitário, "circunstância que foi explicitamente considerada na apreciação do nobre relator desse processo, Conselheiro Hilário Torloni", diz o nobre relator do processo 3053/74, o nobre Conselheiro Frederico Pimentel Gomes. "No caso presente tal não ocorre e não parece razoável que se dispense a interessada da aprovação em matemática".

Depende do princípio que se estiver aplicando, como por exemplo "os rios correm para o mar" ou "a quem já tem muito é que se deve dar mais". Fluvialmente parece estar certo.

Pedagogicamente o que tem de ser considerado são as circunstâncias e peculiaridades de cada aluno.

"As circunstâncias especiais de que se reveste este caso levam-me a votar pelo deferimento de sua petição".

A requerente é pessoa com a maturidade da experiência e trabalho de muitos anos e, ao mesmo tempo, fazendo jus ao amparo pedagógico do sistema orientado pelo critério de aproveitamento de estudos.

Se tivesse concluído os seus exames pelo sistema federal obteria o certificado de conclusão do segundo grau que seria válido para vestibular e ingresso em curso superior, mesmo em São Paulo.

Quanto a não ter feito o curso ginasial é matéria já resolvida por lei. A única exigência é ter mais de 21 anos.

Levando, pois, em consideração as circunstâncias peculiares da requerente e o que acabo de expor, modifico o meu voto contrário e voto favoravelmente ao atendimento da solicitação de Arina Lopes Vieira, nos termos da conclusão do Parecer 2122/74 deste Egrégio Conselho.

São Paulo, 29 de janeiro de 1975

a) Conselheiro JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Relator